

AS PRAÇAS NA CONFORMAÇÃO DAS CIDADES DE UBERLÂNDIA E ARAXÁ: DO INÍCIO DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

JULIA FIGUEIREDO CUNHA¹, MARÍLIA M. B. TEIXEIRA VALE²

RESUMO

Nos processos de formação dos núcleos urbanos no Brasil, observa-se que o conjunto formado pela primeira capela construída no local e seu adro, frequentemente se torna o elemento organizador do espaço urbano, ponto de referência para o traçado das primeiras ruas e no entorno do qual são edificadas as primeiras moradas. Com o aumento populacional, a cidade se transforma e, ao longo dos anos, ocorre uma nova forma de apropriação da área livre - o primitivo adro, que dá origem à praça como ela é conhecida hoje. Neste trabalho, busca-se sistematizar registros que permitam compreender o papel fundamental desses espaços na dinâmica de urbanização dos núcleos de Uberlândia e Araxá - MG e suas expansões nas décadas seguintes. É uma análise crítica acerca da memória urbana, que pretende contribuir para uma maior valorização e preservação desses espaços públicos.

Palavras-chave: praça, urbanização, cidade, preservação, espaço público, adro.

ABSTRACT

It has been observed that as urban areas in Brazil are formed, the first chapel built on the site and its churchyard often become the organizing elements, reference points for the outlines of the first streets and surrounding areas, in which the first dwellings are built. As the population increases, the city is transformed and over the years, free space is appropriated in a new way, creating the primitive atrium, the origin of the public square as it is known today. This study intends to systematize records which allow us to understand the fundamental role of these spaces in the dynamics of urbanization of the nuclei of Uberlândia and Araxá - MG and their expansions in the following decades. As a critical analysis of the urban memory, it intends to contribute towards public spaces being better valued and preserved.

Keywords: square, urbanization, city, preservation, public space, churchyard.

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Campus Santa Mônica, Uberlândia – MG. CEP 38408-100. E-mail: juliafigueiredoo@yahoo.com.br

² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Campus Santa Mônica, Uberlândia – MG. CEP 38408-100. E-mail: mariliabtvale@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se integra a um projeto maior do Núcleo de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – NUTHAU, em conjunto com o Núcleo de Estudos Urbanos – NEURB, ambos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – FAUeD/UFU³, que tem como objetivo principal a pesquisa e a documentação histórica das praças nas cidades mineiras de Uberlândia, Uberaba, Araguari e Araxá. Busca-se resgatar, desde a criação dos núcleos urbanos citados, o processo de formação morfológica, implantação e usos desses espaços coletivos, constituindo uma coletânea de todas as transformações e formas de apropriação dessas áreas em diferentes épocas. Tem-se como finalidade compreender a importância e o papel desempenhado por esses locais públicos na conformação urbana dessas cidades e a sua importância na paisagem contemporânea. Esse projeto se justifica como uma contribuição para o resgate histórico e iconográfico desses espaços, seu reconhecimento e valorização como patrimônio cultural, contribuindo, assim, para sua preservação.

Este trabalho, em específico, tem como objetivo o resgate histórico do surgimento das cidades de Uberlândia e Araxá, respectivamente localizadas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, MG, atrelado aos seus primitivos adros religiosos e largos. Buscou-se, sobretudo, compreender as transformações destes espaços ao longo dos anos, desde sua conformação original até as primeiras décadas do século XX. É neste início de século que eles são urbanizados dando origem a constituição das praças como são conhecidas hoje. Na cidade de Uberlândia, elas são: Praça Cícero Macedo, Praça Clarimundo Carneiro, Praça Coronel Carneiro, Praça Dr. Duarte e Praça Adolfo Fonseca. Em Araxá, os espaços abordados são: Praça Maria Aparecida Carneiro, Praça Governador Valadares, Praça Hely França, Praça São Sebastião, Praça 31 de Março e o conjunto da Av. Antônio Carlos.

Júnia M. Caldeira aponta, como muitos teóricos do urbanismo, a praça como um dos principais elementos estruturais da formação do desenho urbano. Sem dúvida, como espaço de desenvolvimento das atividades cotidianas e lugar de convívio. Desde o seu surgimento na Antiguidade (CALDEIRA, 2007, p. 3), a praça se torna palco dos acontecimentos urbanos, políticos, festivos e religiosos, convergindo em seu espaço os aspectos mais importantes da história da cidade.

A praça, como elemento urbano estrutural, está notadamente vinculada à formação do núcleo urbano. Sua estrutura tem origem na composição formal de elementos

³ Projeto desenvolvido com apoio da FAPEMIG – Processo APQ-01717-11

morfológicos como vias, ruas principais, traçado, casario, edificações institucionais, muralhas, entre outros, mas está sujeita também aos aspectos sociais que envolvem a hierarquia, o uso e a forma de apropriação pela sociedade em cada época. (CALDEIRA, 2007, p. 39)

Uma constante que pode ser observada na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a constituição de praças nos locais dos antigos adros das igrejas. Em geral integrando o patrimônio religioso⁴, o adro se constituía em um espaço aberto nas laterais e/ou defronte às igrejas e que, inicialmente, possuía um caráter sagrado/religioso. Além de local de sepultamento, podia ser utilizado para procissões e festas religiosas. Em seu entorno se organizava o início da vida urbana e, conseqüentemente, onde se construíram as primeiras casas e de onde partiam as primeiras ruas. Com o desenvolvimento urbano e o concomitante aumento populacional ao longo das décadas, é criada uma nova lógica para estas áreas livres, dando lugar as atuais praças, já consolidadas como espaço de ocupação e expressão públicas da identidade local.

Ao longo da história destas cidades, as praças apareceram frequentemente em registros escritos e iconográficos, de fontes primárias e secundárias, revelando seu papel fundamental no desenvolvimento da vida social. Além disso, o estudo da formação destes núcleos urbanos as confirmaram como estruturadoras da morfologia urbana, por ser, a partir delas, que se organizou o primeiro traçado das vilas.

A partir do crescimento das cidades, da abertura de novas vias e modos de circulação – sobretudo após a introdução do automóvel – e de novas formas de socialização, as praças passaram a sofrer modificações. Alterou-se suas características originais relativas ao uso, ao seu desenho interno e limites originais, à vegetação, aos equipamentos e mobiliários urbanos e, até mesmo, quanto ao seu papel simbólico. Portanto, compreender e documentar todo esse processo de evolução urbana, registrando suas modificações e permanências, contribuiu para uma maior compreensão de sua importância, além de oferecer possibilidades de direcionar intervenções contemporâneas mais conscientes.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

⁴ Conjunto de bens doados nominalmente a um santo padroeiro de uma igreja, para garantir a sua manutenção; era frequentemente constituído por terras doadas por um ou mais proprietários, que podiam ser aforadas, gerando assim, rendas para a igreja. Durante a vigência do padroado real no Brasil, a existência de um patrimônio religioso era uma das exigências para a criação de nova uma paróquia.

A pesquisa de arquivo foi desenvolvida no decorrer do período de um ano, compreendido entre março de 2012 a fevereiro de 2013⁵. Para recuperar a historicidade e as informações sobre a origem e transformação das praças – no aspecto físico, simbólico e de usos – foram realizadas pesquisas textuais, iconográficas e em antigos periódicos locais, com o objetivo de identificar, catalogar e sistematizar registros que confirmem o papel desses espaços na configuração, organização e urbanização das cidades de Uberlândia e Araxá. Também foram feitas visitas aos locais, para registros dos usos e características contemporâneas. A união destes dados permitiu um maior entendimento da importância das praças na conformação desses núcleos, bem como no cotidiano de uma sociedade.

Na cidade de Uberlândia, a principal fonte de levantamento de dados foi o acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. A coletânea de jornais “A Tribuna”, o primeiro periódico publicado na cidade, tendo seu primeiro exemplar lançado em 7 de setembro de 1919 – foi a principal fonte de pesquisa. Foram coletadas as informações publicadas referentes às praças entre os anos de 1919 a 1933⁶, que compreenderam desde acontecimentos festivos, oficiais ou religiosos, até anúncios de estabelecimentos locados no entorno, obras públicas e opiniões sobre o espaço físico destas áreas. Quanto ao acervo iconográfico coletado, teve-se também como importante referência o inventário realizado sobre o Bairro Fundinho – que corresponde à área da primeira ocupação da cidade - realizado em 2003/2004, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFU, bem como os acervos do Arquivo Público Municipal e o Centro de Documentação e Pesquisa em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Em relação à cidade de Araxá, o principal acervo de referência foi a Fundação Calmon Barreto que, além de coleções de periódicos publicados na cidade desde final do Século XIX, conta com trabalhos de pesquisa sobre a formação da cidade já sistematizados pela equipe de pesquisadores da instituição e um banco iconográfico das praças em diferentes períodos. Realizou-se também uma análise das fontes primárias presentes nos jornais⁷ “A Opinião”, “A Voz Parochial”, “Almenara”, “Correio de Araxá”, “Gazeta do Araxá” e “Jornal de Araxá”,

⁵ Período corresponde à vigência da bolsa de iniciação científica.

⁶ Durante a pesquisa hemerográfica, não foi possível ter acesso a todos os exemplares publicados neste período de tempo, devido ao processo de restauro pelo qual passavam os anos II e V – XIII do periódico A Tribuna, durante o momento em que se realizou o levantamento no Acervo Público Municipal de Uberlândia. Justifica-se também o fim do levantamento no ano de 1933 pelo tempo determinado – um ano – para a realização da pesquisa em arquivos.

⁷ Devido à falta de sequência no acervo de periódicos, foi preciso buscar informações nos exemplares disponíveis, variando títulos e, muitas vezes, com hiatos em certos períodos, na tentativa de abranger o máximo de temporalidade e o maior número de informações disponíveis.

buscando artigos que tratassem de assuntos relacionados às praças locais, em diferentes períodos entre os anos de 1890 a 1934⁸.

Para um entendimento mais global do tema do projeto e um maior embasamento teórico, foi realizado, em paralelo às pesquisas de fontes primárias e secundárias focadas nas cidades de Uberlândia e Araxá, leituras de textos específicos a partir da revisão bibliográfica e seleção de literatura relevante em análise urbana. Buscou-se, neste sentido, a realização de leituras sobre formação das praças como espaço público e a suas caracterizações ao longo da história.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A PRAÇA NA ORIGEM DAS CIDADES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

A criação do espaço da praça, nestas duas regiões mineiras, está intimamente ligada à constituição do patrimônio da Igreja Matriz e ao conseqüente desenvolvimento de um núcleo urbano nestas terras. Há que se destacar, no entanto, que nem sempre a constituição destes patrimônios pode ser comprovada por documentação legal. Conforme observa VALE (1998), existem indicações sobre a formação dos patrimônios religiosos na criação de quase todas as matrizes eretas durante o século XIX, mas sua documentação é, praticamente, inexistente. No entanto, estes eram reconhecidos pelas comunidades e a notícias das doações e dos nomes dos doadores foram preservados pela memória oral e registrados por diferentes documentos de época – como correspondências dos párocos -, ou por seus primeiros memorialistas.

É importante também lembrar, como ressaltado por Murillo Marx (1991), que até o final do Século XIX, a Igreja esteve atrelada ao Estado pela instância do Padroado⁹. Por esta instância, o reconhecimento oficial da comunidade perante o Estado era antecedido pela instalação de uma vida religiosa local, simbolizada pela oficialização da capela erguida e benzida, com a necessária autorização do governo. Assim, a construção de uma capela – que poderia eventualmente ser elevada à condição de matriz – foi, frequentemente durante o período colonial e do Império, o embrião de um novo núcleo urbano, sendo o motivo para a fixação de moradores em seu entorno. A elevação de uma capela à condição de sede de

⁸ Justifica-se o fim do levantamento no ano de 1934 pelo tempo disponível para a pesquisa na cidade e o prazo para sistematização final dos resultados.

⁹ O Padroado esteve em vigência no Brasil durante todo o período colonial e do Império. Configurava-se em uma união indissociável entre a Igreja Católica e o Estado português e espanhol em que aspectos administrativos, jurídicos e financeiros eram afetados pelo domínio religioso e vice-versa.

paróquia significava, não só a proximidade de uma assistência religiosa e acesso a rituais litúrgicos, mas também a garantia do usufruto de uma formalidade civil com todo o direito e segurança, oferecidos apenas pela instituição religiosa, exemplificados no registro de nascimento, matrimônio, óbito e registros oficiais (MARX, 1991, p. 19). Por outro lado, através do privilégio de conceder a autorização para a construção de capelas e a ereção de paróquias, a Coroa portuguesa adquire um eficiente instrumento de controle e fiscalização do processo de ocupação e exploração de suas terras coloniais (VALE, 1998.)

Entretanto, era da população civil, encabeçada por alguma liderança local, a iniciativa e a responsabilidade de arcar com os custos da construção destes primeiros templos. A terra para a edificação da capela e a formação do patrimônio religioso era, usualmente, doada por um ou mais donos de glebas da região, interessados na “institucionalização da vida”¹⁰ a partir do reconhecimento pela instância religiosa.

A fase inicial de desbravamento e ocupação da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está diretamente relacionada à exploração do centro-oeste da colônia, ligando São Paulo às áreas mineradoras de Goiás, na primeira metade do século XVIII. Mas, provavelmente devido à decadência do ouro de Goiás e Mato Grosso a partir da terceira década do setecentos, o antigo território da Farinha Podre – nome pelo qual as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foram conhecidas até o início do século XX – permaneceria praticamente desconhecido e despovoado. Sua efetiva conquista e ocupação se daria a partir da última década do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, pela ação de entrantes oriundos do Oeste de Minas, para o estabelecimento de fazendas. Araxá e Uberlândia, assim como a grande maioria dos povoados que surgiram durante o século XIX na região, tiveram suas origens vinculadas ao estabelecimento de fazendas de criação de gado.

Vale (1998) ressalta que, apesar de não haver um planejamento técnico prévio para o início de uma urbanização desses núcleos urbanos, é possível observar uma constante no modo como eles se formam e desenvolvem o seu espaço:

Os antigos povoados do Sertão da Farinha Podre surgiram, invariavelmente, nos topos ou meias encostas de um vale, onde a proximidade de um rio ou riacho garantia o abastecimento de água para a população. Nenhum ocupou as margens dos rios de grande ou médio porte, preferindo, antes, pequenos afluentes e córregos. A capela, que mais tarde poderia tornar-se matriz, era construída sempre situada

¹⁰ O autor Murillo Marx (1991, p. 18) utiliza-se do termo “institucionalização da vida” para ressaltar a relação direta entre Igreja e Estado. A oficialização da capela visitada por um cura significava também uma importante mudança de *status* do núcleo urbano.

na parte mais alta da encosta, geralmente, com a fachada principal voltada para o rio. O seu adro era, usualmente, ocupado pelo cemitério. O espaço à volta, quase sempre aberto e desvencilhado de casas, constituía um grande vazio – o largo da matriz. Delimitando esse espaço, eram situadas as casas, dispostas em alinhamento, criando uma praça de formato, geralmente, retangular. (VALE, 1998, p. 88).

Assim, supõe-se uma consciência de organização espacial que segue alguns padrões ao longo deste período. Vê-se a formação dos adros, geralmente de formato retangular, de onde partiam as primeiras vias retilíneas. Há uma preocupação com a regularidade do traçado, gerando malhas quadrículas, com ruas paralelas e perpendiculares, delimitando quarteirões retangulares. A expansão urbana ocorreu sob a influência direta da centralização da igreja matriz e de seu adro.

Os documentos religiosos vigentes recomendavam ¹¹ que as igrejas paróquias resguardassem em seu entorno imediato um espaço livre de edificações, local sagrado e espaço para a realização de rituais ao seu redor, tais como procissões e festividades religiosas. Em alguns casos, além do sepultamento dentro das igrejas, verifica-se também a presença de um cemitério anexo, como exemplo a Capela da Irmandade de São Francisco e São Sebastião em Araxá. A partir de meados do século XIX, este hábito se tornou cada vez menos usual, por ação do governo e da própria Igreja, sendo definitivamente extinto no início do século XX¹².

O requisito necessário para a elevação da capela em Matriz era a existência de um patrimônio religioso que pudesse garantir a sua manutenção (VALE, 1998.). Este patrimônio, geralmente constituído por terras, além de garantir o sustento da Fábrica da Matriz, se tornou importante instrumento de maior acesso ao território, posto que a igreja acolhia novos moradores através da distribuição de terrenos de sua gleba por aforamento. Assim, o patrimônio religioso se configurou como um instrumento social de urbanização, definindo a paisagem e permitindo o crescimento populacional (MARX, 1991, p. 42-43).

O adro se tornou então estruturador do embrionário núcleo urbano. Era uma área livre rica em significados, articuladora do espaço e ponto de convergência dos cidadãos, os quais edificariam as primeiras moradas e comércios ao seu redor. Era uma área pública, por

¹¹ O principal documento para a organização da igreja católica no Brasil - As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia - foi publicado em 1707 e sua vigência perduraria até o final do Império.

¹² Conforme Vale (1998), em 1801, seguindo as tendências europeias sanitaristas, o governo português proibiu, através de Carta Régia, os enterros dentro das igrejas, determinando que os cemitérios fossem alocados fora do perímetro urbano e ao ar livre. Entretanto, este hábito permaneceu ainda por muito tempo, mesmo com as diversas leis imperiais e provinciais que reforçavam esta determinação. Igualmente a administração eclesiástica começou a interferir diretamente a favor desta questão, posto que a separação entre o local de culto e de sepultamento diminuiria a influência das irmandades locais, aumentando o poder da hierarquia da Igreja – mudança conveniente aos bispos reformadores da igreja brasileira do Século XIX.

definição, de “uso comum limitado”, sujeita a certas regras devido ao seu caráter sacro (MARX, 1991.).

O local da igreja matriz, ou da nova matriz, será o mesmo – aquele ponto geograficamente destacado de quando se iniciou um ajuntamento de moradas; aquele terreno então generosamente amplo que, sempre que possível, exibia de todos os lados a capelinha original, que possibilitava o seu contorno quando das procissões; aquele setor da povoação privilegiado pela concentração de gente, de atividades e de negócios que a proximidade do templo estimulava. A presença, dia do edifício religioso, de um espaço aberto, de seu adro, palco de tantos e tão variados agrupamentos, objeto do carinho e do gasto maior da comunidade, conservado, ampliado e composto sempre com mais empenho e capricho, alcançará também outra dignidade e expressão. (MARX, 1991, p. 27)

É importante ressaltar que há registros de que os adros usados como cemitérios tinham o seu perímetro cercado. Os de melhor qualidade eram circundados por muros de pedra, enquanto os mais simples empregavam apenas achas de aroeira (VALE, 1998, p. 97-98). A realocação dos sepultamentos em local mais afastado do centro urbano gerou vazios nos adros, possibilitando uma posterior urbanização e maior ocupação do espaço pela população.

Progressivamente, essa área livre estabeleceu importantes relações de identidade com os moradores da cidade, tornando-se palco de suas necessidades cotidianas. Como exemplo disto, é comum observar a partir de periódicos e fotografias antigas, o hábito de reunir no espaço das praças para procissões e festividades religiosas, passeios e, posteriormente, apresentações musicais e comemorações cívicas.

Após a separação Igreja-Estado – com o advento da República em 1889 – esses locais comuns passaram para a responsabilidade municipal, “que na maioria dos casos parece ter de fato resultado numa apropriação, quando não integral, parcial pela comunidade” (MARX, 1991, p. 25), dando, futuramente, origem às praças como são conhecidas hoje.

3.2 O ESPRAIAMENTO URBANO NAS CIDADES DE UBERLÂNDIA E ARAXÁ

Um dos mais antigos núcleos urbanos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as terras onde hoje é a atual cidade de Araxá, começaram a ser apossadas a partir de 1782. A ocupação desta região e a fixação de fazendas era favorecida pela qualidade natural da água mineral local, que dispensava a distribuição de sal para o gado. Esta condição influenciou, posteriormente, o surgimento do núcleo urbano de Araxá. Em 1785, Alexandre

Gondim doou uma porção de terras que compunham a Sesmaria do Barreiro para o patrimônio da Igreja, com o intuito da edificação de uma capela.

Em 1791, o arraial foi elevado à categoria de Freguesia e estabeleceu-se a Paróquia, com o nome de São Domingos de Araxá. Há indícios históricos sugerindo que o largo inicial que abrigou a primeira capela do núcleo urbano se localizava onde hoje é a Praça Maria Aparecida Carneiro, também antiga Praça da Cadeia (SOUZA JUNIOR, 2008). Esta igreja teria sido o local onde foi realizada a primeira missa do arraial. Porém não há grande fonte documental sobre o fato. A Igreja Matriz de Araxá, dedicada a São Domingos, foi erguida no final do século XVIII, no local que daria origem a atual Praça São Domingos.

Visto como marco central, o largo da Matriz foi ponto de origem do traçado das primeiras vias: ao seu lado direito a Rua Direita (hoje, Dr. Franklin de Castro); à esquerda a antiga Rua São Sebastião (hoje Av. Vereador Antônio Sena); e, ao fundo, iniciava a Avenida d'Abadia (atual Avenida Antônio Carlos). (TREM DA HISTÓRIA, 1998.) Segundo registros, a capela foi erguida na extremidade mais elevada da localidade, contando com um cemitério anexo e um amplo largo na área central, no qual, em seu entorno, começou a edificação das primeiras residências. (VALE *et al*, 2014.)

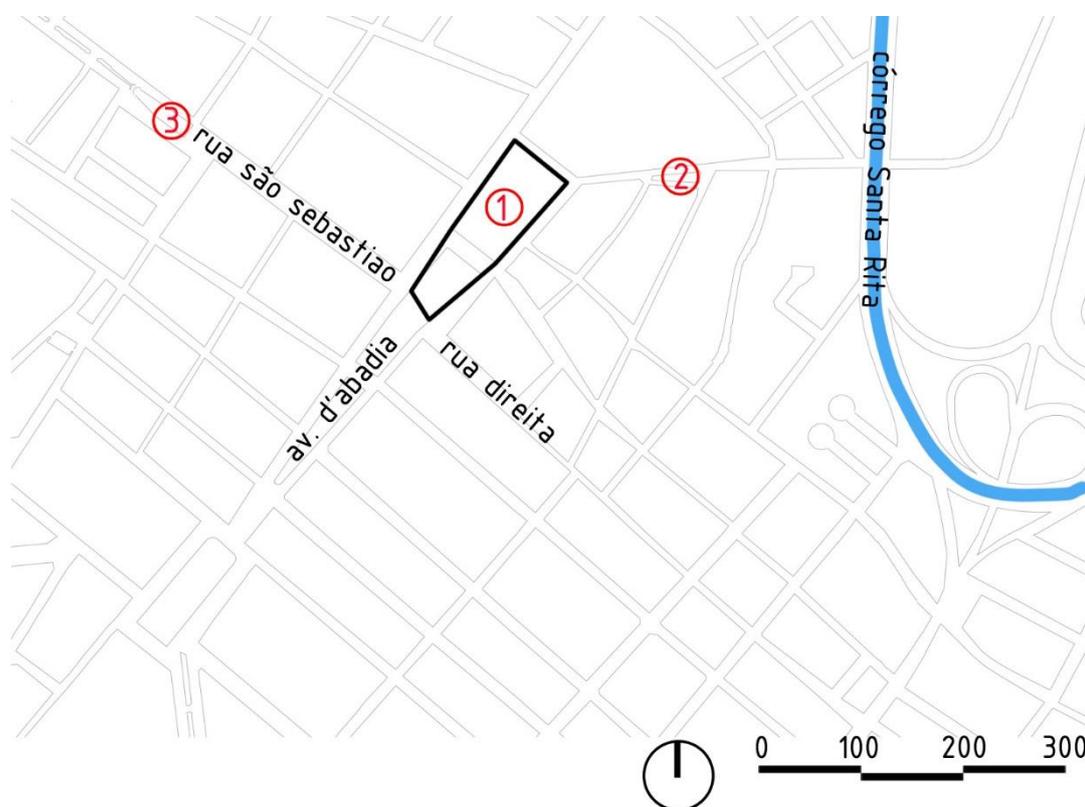


Figura 1: Localização das primeiras vias e dos três adros do início do século XIX: o Largo da Matriz (1), de 1800 – parte da atual Av. Antônio Carlos –; a Igreja de São Francisco e São Sebastião (2), de 1804; e a Igreja de Santa

Rita (2), de 1816 – apontado como largo inicial do núcleo e atual Praça Maria Aparecida Carneiro. As ruas indicadas têm a seguinte correspondências com as vias atuais da cidade: Rua São Sebastião (Av. Vereador João Sena), Rua Direita (Rua Dr. Franklin de Castro) e a Av. D’Abadia (Av. Antônio Carlos). Para uma melhor localização espacial, o esquema foi feito sobre a imagem da malha atual da cidade. Fonte: SOUZA JUNIOR (2008) com adaptações de Julia Figueiredo (2014).

No início do século XIX, o espraiamento do núcleo original, ainda agrupado ao redor do Largo da Matriz e em algumas ruas esparsas, se orientou pela a construção de mais duas capelas: a capela de São Francisco e São Sebastião (1804), seguindo à esquerda da Matriz; e a capela de Santa Rita, a nordeste, na Praça da Cadeia, onde hoje se encontra a atual Praça Maria Aparecida Carneiro (1816). (SOUZA JUNIOR, 2008)

É importante destacar a locação da Cadeia Pública, mais abaixo deste espaço livre da primeira Matriz, mostrando a importância e centralidade do entorno da igreja. O seu adro era visto como ponto principal da cidade onde, na segunda metade do século XIX, se instalou a Câmara Municipal. Centro de poder político e religioso, o largo da matriz formava uma “praça muito ampla e de traçado regular” (SAINT-HILAIRE *apud* TREM DA HISTÓRIA, 1998.), que abrigava em seu entorno as melhores residências e casas comerciais.

Segundo publicação de 1890, a cidade já contava neste ano com 4 praças: a da Matriz, da Cadeia, da capela do Rosário (1843) – hoje Praça Hely França – e da capela de Nossa Senhora da Abadia (1881) – atual Praça São Domingos (TREM DA HISTÓRIA, 1998.). Observa-se que nesta relação os espaços referentes às capelas de Santa Rita, de São Francisco e São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário não são relacionados, provavelmente por falta de um tratamento que as identificasse como tal. Porém, mesmo não sendo citadas no referido levantamento, registros da época permitem constatar a presença de amplos espaços defronte à Capela de Nossa Senhora da Conceição e à Capela de São Francisco e São Sebastião. O primeiro daria lugar ao “Jardim Novo”, atual Praça Governador Valadares. O segundo, além do espaço frontal aberto, possuía também um cemitério instalado aos fundos da capela e murado por pedras com dois portões laterais: o da direita servindo a irmandade de São Sebastião e o da esquerda aos irmãos de São Francisco (SOUZA JUNIOR, 2008). Todo este espaço livre do entorno da igreja foi integralmente descaracterizado com o processo de urbanização. A praça no entorno da Capela de Santa Rita permaneceu como um vazio urbano até recentemente. Talvez suas pequenas dimensões e localização periférica não atraíssem a atenção da comunidade ou do poder público.

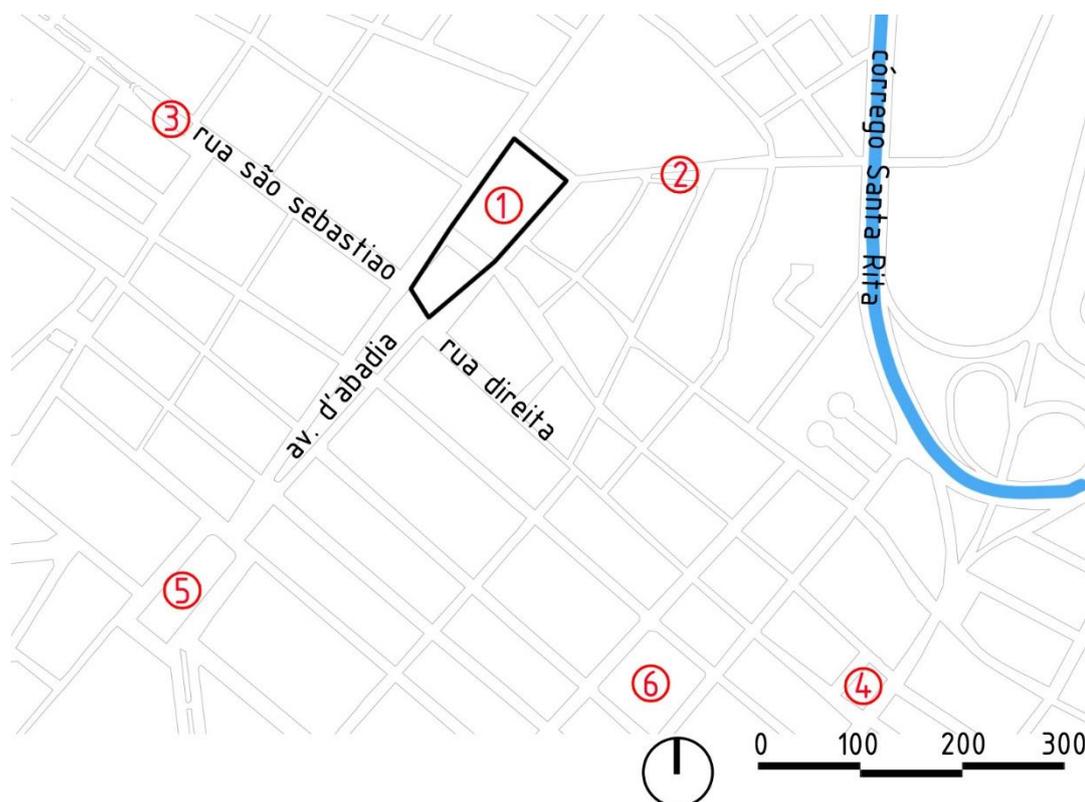


Figura 2: Locação das primeiras vias e dos três adros do início do século XIX: o Largo da Matriz (1), de 1800 – parte da atual Av. Antônio Carlos –; a Igreja de Santa Rita (2), de 1816 – apontado como largo inicial do núcleo e atual Praça Maria Aparecida Carneiro –; a Igreja de São Francisco e São Sebastião (3), de 1804; o Largo do Rosário (4), de 1843 – hoje Praça Hely França –; a Igreja Nossa Senhora D’Abadia (5), de 1881 – atual Igreja Matriz de São Domingos –; e o Largo da Conceição (6) – atual Praça Gov. Valadares. Para uma melhor localização espacial, o esquema foi feito sobre a imagem da malha atual da cidade. Fonte: SOUZA JUNIOR (2008) com adaptações de Julia Figueiredo (2014).

A partir do início do século XX e já com a expansão do núcleo urbano seguindo esses vetores apontados pelos principais largos, o interesse de realocar uma nova Matriz de “proporções físicas e estéticas mais expressivas” promoveu a demolição das demais igrejas e comercialização de seus terrenos para arrecadação de fundos (TREM DA HISTÓRIA, 1998.). Com exceção da igreja de São Francisco e São Sebastião, todas as demais foram demolidas e foi escolhido o local da antiga igreja Nossa Senhora da Abadia, que permanecia inconclusa, como locação da nova matriz – atual Praça São Domingos. A partir de então, os antigos largos sofreram diferentes modificações físicas, simbólicas e de uso ao longo dos anos seguintes, consolidando, porém, a identidade já existente entre a população e o espaço de convívio dos antigos espaços.

Tardiamente ao apossamento das terras onde se localiza Araxá, a cidade de Uberlândia surgiu no contexto do processo de redistribuição demográfica e fluxo migratório que se

fortaleceu a partir das primeiras décadas do século XIX. Dentre os primeiros registros, é datada a Sesmaria de São Francisco, recebida como doação em 1821 por João Pereira da Rocha, nas margens do Ribeirão São Pedro, afluente do Rio Uberabinha.

Em 1846, foi feito o pedido por Felisberto Carrejo – apontado como fundador da cidade – e Francisco Alves Pereira para a criação da capela curada, que já se encontrava pronta em 1853. A pequena igreja dedicada à Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião foi erguida no local da atual Praça Cícero Macedo, onde hoje se encontra a Biblioteca Municipal. Os registros históricos sobre esta capela a descrevem como uma “modesta ermida de uns sessenta metros quadrados, toscamente de adobes e barro, e se lhe demarcou ao redor uma faixa de terreno, que deveria servir de Campo Santo” (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1940.).

Em 1857, para a elevação da capela à Paróquia, foi constituído o patrimônio da Igreja doado aos santos padroeiros, constituído de uma porção de cem alqueires de terras de campos e culturas adquiridos em consórcio pelo grupo de moradores locais. Foi então reconhecido como Freguesia Nossa Senhora do Carmo de São Pedro de Uberabinha.

Em torno do seu adro – atual Praça Cícero Macedo – foram estabelecendo-se as primeiras edificações locais: casas das famílias mais importantes, estabelecimentos comerciais e serviços. É possível perceber que este espaço também surgiu como ponto de partida para o traçado das primeiras vias, em desenho linear, adaptado ao relevo do terreno. Exemplo importante desta expansão e ordenamento urbano foi, em 1876, o início da construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, a oeste do Largo da Matriz, onde hoje se localiza a atual Praça Dr. Duarte.

Em 1891, a Capela do Rosário, ainda inconclusa, foi transferida para outro local, mais a leste, onde permanece ainda hoje – na Praça Rui Barbosa¹³. O primitivo Largo do Rosário passou a ser identificado então como Largo do Comércio, reconhecidamente pelos estabelecimentos de funções comerciais em seu entorno (VALE, Marília. et al. 2004).

¹³ A atual igreja foi concluída em 1931, em substituição à capela anterior que foi demolida entre 1926 e 1928, data de início da nova construção. Observa-se que a implantação da nova igreja foi modificada, com seu frontispício voltado para o Norte, isto é, para o lado em que a cidade crescia, enquanto a o frontispício da igreja anterior era voltado para o Ribeirão São Pedro, localizado a Sul.

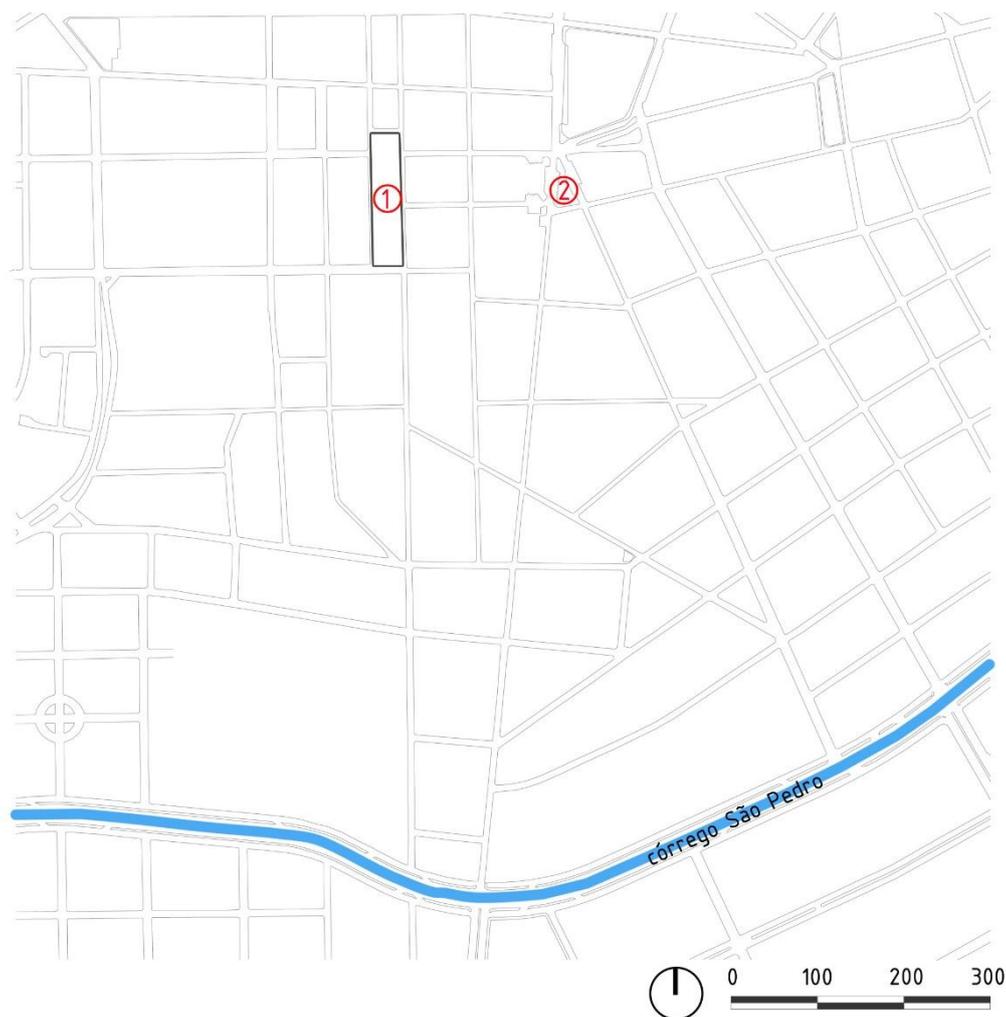


Figura 3: Localização do Largo da Matriz (1) – atual Praça Cícero Macedo – e da primeira capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário (2), em 1890 – atual Praça Dr. Duarte. Para uma melhor localização espacial, o esquema foi feito sobre a imagem da malha atual da cidade. Fonte: Autora (2014).

Ainda na segunda metade do século XIX, onde hoje se localiza a Praça Clarimundo Carneiro, fora locado o cemitério da Matriz, que ali permaneceu de 1881 a 1898, em substituição ao antigo procedimento de sepultamento dentro do templo e no seu adro, conforme apontado por Cunha e Salazar:

Outra providência tomada por Pe. João Dantas Barbosa foi a construção de um cemitério, o primeiro da cidade. A faixa de terreno que contornava a Matriz, o “adro”, onde se realizavam os sepultamentos já se achava literalmente tomada. Simultaneamente, no interior da Matriz, abriam-se sepulturas. E, em torno do cruzeiro próximo, já se haviam realizado alguns sepultamentos. (CUNHA e SALAZAR, 1989, p. 37)

Na direção oposta dos largos do Cemitério e do Comércio, a oeste do Largo da Matriz, se localizava um amplo vazio identificado como Largo das Carvalhadas. O largo permaneceu como uma grande área vazia até o início do Século XX, quando foi urbanizado e denominado como Praça da Independência. Atualmente o local recebe o nome de Praça Coronel Carneiro.

Forma-se então um eixo estruturador do traçado urbano que, tendo como ponto central o largo da Matriz, que unia os seguintes espaços: o antigo Largo das Cavalhadas, o Largo do Comércio e o Largo do Cemitério (VALE *et al*, 2014.). Este percurso linear que abrangia espaços com diferentes funções foi significativo na estruturação morfológica da vila.

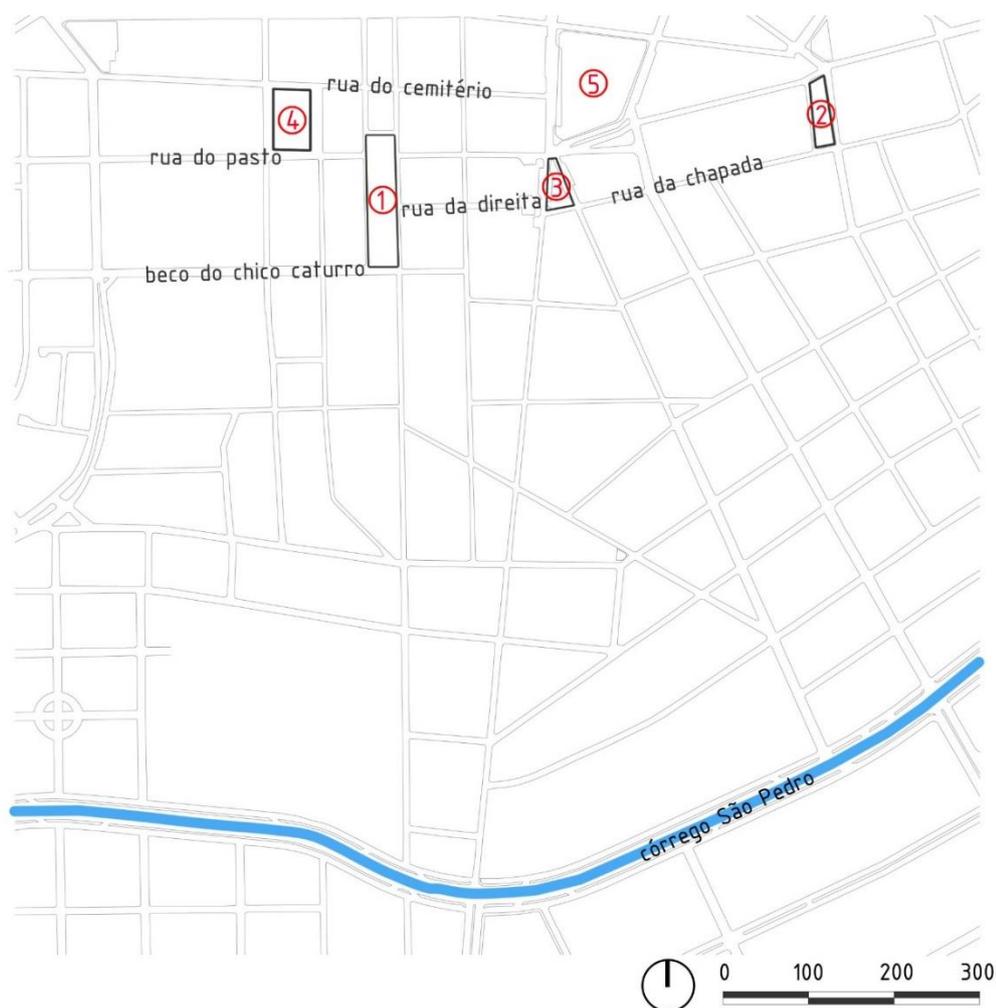


Figura 4: Localização das primeiras ruas da vila e principais largos: Largo da Matriz (1) – atual Praça Cícero Macedo –; Largo do Rosário (2) – hoje Praça Ruy Barbosa –; Largo do Comércio (3) – atual Praça Dr. Duarte –; Largo da Carvalhada (4) – hoje Praça Cel. Carneiro –; e (5) Largo do Cemitério, posteriormente, Palácio Municipal e Praça da Liberdade – atual Praça Clarimundo Carneiro. As ruas indicadas no mapa têm, atualmente, a seguinte nomenclatura: Rua do Cemitério (Rua Tiradentes), Rua do Pasto (Rua XV de Novembro), Beco do Chico Caturro (Rua Cel. Severiano), Rua da Direita (Rua Mal. Deodoro), Rua da Chapada (Rua Barão de Carmargos). Para uma melhor localização espacial, o esquema foi feito sobre a imagem da malha atual da cidade. Elaboração: Julia Figueiredo (2014).

A vila de Uberlândia crescia e, assim como Araxá, usava de seu *rossio*¹⁴ como reserva para esta expansão – terras de uso comum dos moradores para pastos e obtenção de lenha – de forma semelhante ao patrimônio da Igreja (MARX apud VALE, 1998). Então, por meio de concessão, essas terras eram gradualmente ocupadas por novos moradores, estendendo o traçado de seu arruamento que partia da origem marcada pelo adro da Matriz.

De modo geral, a documentação e os limites dos patrimônios religiosos não contavam com registros oficiais e estes eram reconhecidos e respeitados somente pela tradição. A elevação dos arraiais em vilas, o que implicava a demarcação de seu *rocio*, gerou, em muitos lugares, disputas pela posse das terras dos patrimônios religiosos (VALE, 1987:110). Após a proclamação da República, quando a Igreja deixou de contar com o apoio do Estado, as paróquias e capela se viram diante de dificuldades para sua sustentação. Neste momento, é percebida a preocupação da Igreja em legalizar a situação e garantir o direito das matrizes, sem grande sucesso. A partir do início do século XX, se observa a tendência à alienação progressiva dos antigos patrimônios religiosos que efetivamente possuíam documentação legal, transferindo-os integralmente ou em partes, por venda ou doação, à administração municipal.

Como destacado por Vale (1998), a ruralização da vida sócio-econômica foi um aspecto dominante da vida dos moradores do antigo Sertão da Farinha Podre durante todo o século XIX. Somente a partir do final deste século que este caráter começou a se transformar, trazendo significativas modificações para os arraiais e vilas da região. A preocupação em organizar e administrar o espaço urbano se consolidaria através das posturas municipais, que se fizeram presentes desde a segunda metade do século XIX, mas que se tornariam mais usuais a partir de início do século XX.

O antigo cemitério da Matriz de Uberlândia, localizado na atual Praça Clarimundo Carneiro, foi desativado em 1898 para a construção do Paço Municipal (1915). Surgiu então a Praça da Liberdade, próxima ao Largo do Comércio, uma nova modalidade de praça pública na região, desvinculada do aspecto religioso, constituindo uma nova centralidade, em um espaço que aproximou as esferas social, econômica e política. Ainda na primeira metade do século XX, a Igreja Matriz foi demolida (1943), como no caso de Araxá, por não atender aos anseios de crescimento e desenvolvimento da municipalidade (VALE, Marília. et al. 2004). Também descaracterizado de sua função original, o largo da antiga Matriz continuaria a

¹⁴ O *rossio* de Uberlândia foi constituído pelas terras que originalmente integravam o patrimônio da Matriz o qual, aos poucos, foi sendo repassado, por venda ou doação, à administração municipal.

passar por modificações espaciais, de uso e simbólicas ao longo das décadas seguintes, adquirindo novos significados na vida urbana.

Devido ao caráter de centralidade dos antigos largos e suas funções estruturadoras do traçado urbano, estes tornaram-se também elemento de confluência urbana. É importante lembrar que, em sua origem, poucas vezes estes espaços possuíam uma delimitação formal, visto que os passeios também são elementos urbanos tardios, do início do século XX em Uberlândia e Araxá. Por estarem fisicamente delimitados por ruas que se formavam ao seu redor, os largos abrigados em meio a uma quadrícula ortogonal ganharam definitivamente contornos regulares e geométricos – uma característica do urbanismo luso-brasileiro a partir do século XVIII (TEIXEIRA, 2006). Desta forma, a praça que futuramente se formou com contorno quadrados ou retangulares, estruturou também a formação dos demais quarteirões, que seguiram a mesma lógica geométrica.

3.3 A VIDA URBANA NA PRAÇA REGISTRADA PELA IMPRENSA LOCAL – FINAL DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

As praças são os locais privilegiados de encontro, de troca, de convivialidade e de sociabilidade na cidade, condensando em si as razões de natureza política, social, econômica, que historicamente conduziram ao aparecimento e à estruturação das cidades e que constituem a sua essência. (TEIXEIRA, 2006.)

A intensificação da vida urbana a partir do início do século XX demandou transformações nas formas de apropriações e tratamentos dos antigos largos. A partir do início do século XX, aqueles que possuíam uma conotação religiosa perderam esta função e adquiriram caráter público, com tratamento paisagístico e urbano. Foi neste mesmo momento em que se presenciou o surgimento de novos espaços com caráter unicamente público, como a Praça Adolpho Fonseca, em Uberlândia. As praças começaram a ser associadas à representação de “formosura” da cidade (TEIXEIRA, 2006.), sendo vista como “imagem pública” (SITTE, 1992.).

Até meados do século XIX predominou a imagem da praça sem vegetação, momento em que a arborização urbana começou a ser introduzida como sinônimo de embelezamento e de elemento saneador. Inspirado por teorias europeias e também motivado pelo crescimento da população urbana, os melhoramentos dos espaços públicos, bem como o seu tratamento

paisagístico, se tornaram uma preocupação da cidade. (VALE *et al.*, 2014) O interesse no aspecto das vias, largos e praças gerou também uma melhor organização do traçado urbano.

O crescimento urbano e as mudanças dos espaços públicos a partir de fins do século XIX e início do século XX podem ser acompanhados através da imprensa local. Com o objetivo de informar os habitantes sobre a dinâmica da cidade que crescia e se transformava ao longo do tempo, esta mídia retratou fatos cotidianos. Mesmo que, muitas vezes, a praça em si não fosse o objeto principal de interesse da notícia, a crônica urbana tinha, em grande parte, os espaços públicos como plano de fundo. Deste modo, este veículo se configura como uma importante fonte de registros históricos, através do qual pode-se identificar usos, características e, principalmente, o caráter de centralidade que a praça ganhou.

Como principal veículo de comunicação entre o poder municipal e a sociedade civil, os jornais descreviam os serviços públicos que eram realizados gradualmente na cidade, como obras de melhoramento e manutenção. Desta forma, é possível acompanhar as transformações que o desenho das praças sofreu ao longo dos anos. Percebe-se também uma crescente preocupação da legislação e de iniciativas municipais em manter a qualidade espacial do entorno das praças – de fundamental importância na hierarquia urbana –, a partir das edificações adjacentes, com a regulamentação daquilo que seria construído no seu entorno, através do estabelecimento de padrões de afastamentos, medidas de calçadas e gabaritos. A construção de novas edificações, em especial aquelas de caráter público, eram noticiadas com destaque, conforme se observa na notícia publicada na seção “Várias” do jornal A Tribuna, de Uberlândia, sobre a sede da Companhia Força e Luz, concessionária do serviço de luz e viação elétrica no município¹⁵

A mesma companhia submeteu a aprovação da agência executiva a planta do prédio que vai construir a Praça da Liberdade¹⁶, para escritório, depósito e estação distribuidora.

O projetado edifício compõe-se de dois pavimentos e virá provavelmente dar grande realce aquela praça. (*A TRIBUNA*, 1919, n° 12, p. 1)

Juntamente com os informes divulgados pela Câmara Municipal e as permissões para construir também noticiadas, os diversos anúncios e propagandas contidos nos jornais nos

¹⁵ A Companhia Força e Luz de Uberabinha foi a primeira companhia de energia elétrica de Uberlândia, implantada em 1912. A edificação em questão na notícia trata-se do atual prédio da Oficina Cultural, em terreno de esquina com a Praça Clarimundo Carneiro e tombado como patrimônio histórico municipal pela Lei n° 4.217 de 15/10/1985.

¹⁶ A citada “Praça da Liberdade” faz referência a como era nominada, no início do século XX, a atual Praça Clarimundo Carneiro, em Uberlândia.

permitem fazer uma análise dos usos que as edificações próximas às praças tinham. Observa-se que esses locais guardam um bom nível na hierarquia espacial da cidade, abrigando em seu entorno instituições importantes, serviços, comércios tradicionais e residências de famílias abastadas.

Exemplo disso em Uberlândia, nas primeiras décadas do século XX, é a localização em praças da cidade do Palácio da Câmara Municipal, do Cinema Central – ambos na atual Praça Clarimundo Carneiro –, do Grupo Escolar – na atual Praça Adolfo Fonseca – e até mesmo da redação do próprio jornal usado como referência, “A Tribuna”, – localizado na atual Praça Coronel Carneiro. A notícia publicada na seção de variedades do jornal ilustrou a importância do local e a valorização dos novos padrões construtivos introduzidos neste momento:

Mais um lindo palacete erguer-se-á dentro de breve tempo na Praça da Independência¹⁷, nesta cidade, onde já se contam alguns bons edifícios.

A planta já está sendo levantada e segundo parece nada faltará para que o referido prédio se torne uma residência verdadeiramente luxuosa, tal é a disposição do Cel. Eduardo Marquez, que, para o construir, adquiriu já um terreno por alto preço, sendo empreiteiro da obra o conceituado construtor Sr. Americo Zardo. (A TRIBUNA, 1920, n° 18, p. 1 Ano I)

Em Araxá, é percebida uma situação semelhante, pois o entorno da praça continuou a ser visto como uma área nobre, abrigando hotéis e pensões familiares, diversas clínicas médicas e odontológicas e escritórios de advocacia.

¹⁷ A citada “Praça da Independência” faz referência a como era nominada, no início do século XX, a atual Praça Coronel Carneiro, em Uberlândia.

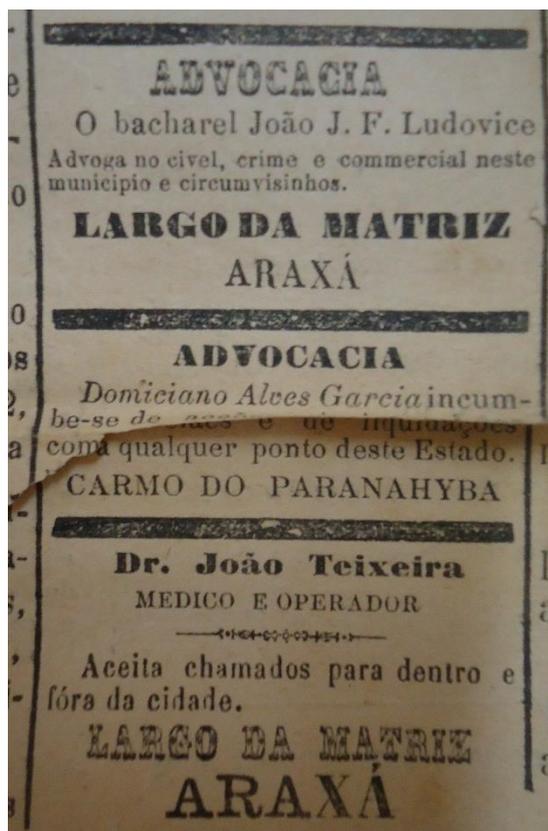


Figura 5: Anúncios presentes no jornal Gazeta do Araxá evidenciam os usos dos edifícios adjacentes ao Largo da antiga Matriz. Fonte: A Gazeta do Araxá, 1891, n°16.

A Câmara Municipal de Uberlândia divulgava as suas realizações através da imprensa, revelando uma perceptível preocupação com a estética da cidade, que vai além dos antigos largos e adros, estendendo-se também para as principais ruas. É visível o objetivo de tornar os espaços públicos lugares mais agradáveis para o convívio entre os cidadãos, conforme se depreende da publicação do Relato da Diretoria de Obras Públicas sobre arborização de jardins da cidade, em 1920:

Tem sido conservada a arborização das ruas e melhoradas as plantações dos jardins públicos.

Estes, porém, ressentem-se da falta de água para a conveniente irrigação. As retretas nos jardins públicos são absolutamente indispensáveis.

O viveiro começa a produzir os resultados que dele se devem esperar. (A TRIBUNA, 1920, n° 39, p. 1)

Ou na notícia intitulada “ O sr. Prefeito e a cidade” publicada pelo Jornal A Opinião, de Araxá:

Pelo que se nos apresenta, bellissimo ficará o centro da grande Avenida Antonio Carlos, em a nossa cidade.

Em actividade os serviços de ajardinamento, uma agradável perspectiva já nos oferecem, de atração e conforto.

Concluido o grammado, ao que nos consta, pretende o sr. Prefeito iluminar profusamente aquelle logradouro urbano e circumdal-o de passeios, talvez, á asphalto à frio.

A pouco e pouco, lutando embora com quase invencíveis difficuldades, irá s. s., ao que nos parece, dotando a nossa cidade de melhoramentos que a sua condição de estancia hydro mineral está a reclamar. (A OPINIÃO, 1932, n° 4, p. 1 Ano I)

Porém esta preocupação não parte apenas da esfera pública, os relatos e opiniões expressos nos jornais mostram que esse desejo e iniciativa podiam partir também da população. A notícia publicada na seção “Factos e Boatos” do jornal Correio de Araxá, de 1914, ilustrou uma situação peculiar, em que a própria população se mobilizou para a construção de um coreto, suprimindo a morosidade ou desinteresse da própria Câmara Municipal:

Desde alguns dias vinhamos ouvindo fallar de uma subscrição que andava entre o povo e cujo produto seria applicado à construcção de um corêto na praça “Cel. Adolpho” defrontando com a elegante “Sub-estação Dr. Franklin”.

A principio não quizemos dar inteiro credito ao boato que nos pareceu infundado, mesmo não tendo sido iniciado o ajardinamento d’aquella praça e nem oficialmente declarada a fallencia da camara, a cuja zelosa competencia cabe, se contestação, a iniciativa de obras de tal natureza.

Mas tivemos de render-nos à evidencia dos factos diante de uma lista que nos foi apresentada por um sympathico representante do commercio e que é tambem muito conspicito membro da vereação.

E gravando nosso nome com modesta quantia nessa lista, tomamos um lugar porque, se inculcamos à camara a obrigação da obra, o nosso chauvinismo anti-municipal não vae ao ponto de escurecer a sua grandissima utilidade, já como ponto de reunião e diversão do povo, já como elemento de união das familias, de alto valor para a bôa constituição da sociedade.

As subscrições populares cabem perfeitamente às obras pias que nos inspiram o doce sentimento da caridade e aos monumentos quando prestamos culto à memoria de factos ou de heroes cuja gloria e meritos queremos enaltecer e no bronze ou no granito eternizar.

Mas um corêto que é sempre parte integrante de jardim, e si este é publico, à camara compete fazer, porque para custear taes serviços recebe impostos infestados

com 30% a que o povo vae se sujeitando resignado e pontualmente apesar dos embaços da epocha. Prasa, porem, aos deuses que a solitudine do contribuinte em prehencher as falhas municipaes não lhe procure mais pesados gravamos que lhe arquem de todo a suan. (CORREIO DE ARAXA, n° 83, 1914, p. 1 Ano II)¹⁸

Através da publicação de comentários sobre as obras e serviços públicos, a imprensa também exercia de certo modo a fiscalização e a realização de pedidos para futuras intervenções. Passagens deste tipo mostravam não só o desejo da sociedade de ter esses espaços com melhores cuidados, mas também a gradativa importância que eles começaram a ter na vida social, conforme exemplos abaixo, veiculados na seção “Várias”; do Jornal “A Tribuna” de Uberlândia:

Os srs. fiscais da Câmara precisam convir que é muito prejudicial a vida e beleza das plantas, que ornamentam as ruas da cidade, a permanência, até a maturação, de seus frutos. As mangueiras das Praças da Independência¹⁹ e Dr. Duarte, estão sendo maltratadas o dia inteiro pelos garotos, que lhes derribam as folhas e maltratam os ramos, para apanharem os pequenos frutos.

Por que um dos srs. fiscais não colhe todas as mangas para evitar contínuas mortificações. (A TRIBUNA, 1919, n° 5, p. 1 Ano I)

Merece os mais francos elogios a providencia tomada pelo sr. Presidente da Camara Municipal mandando reformar o jardim da Praça da Liberdade, serviço que está sendo feito sob direcção immediata do sr. Dr. Joaquim Azzelli, engenheiro municipal.

O bello largo em cujo centro domina o elegante edificio do paço municipal é ponto centro e predilecto de nossa cidade. Aos domingos, é o local forçado do passeio; vendo-se, das 7 às 22 horas, centenas de familiares enchendo as suas alamedas. São horas de diversões que muito contribuem para o gozo do descanso semanal e que servem para dar um aspecto agradável a nossa urbs, que vae assim apresentando costumes que attestam a sua civilização e o seu progresso.

O jardim do paço municipal, porém, não estava de acordo com a belleza da praça e dava uma nota desconcertante ao local. Reformando-o, presta o sr. Eduardo Marquez um magnifico serviço a esthetica da cidade tornando mais pitoresco o ponto da reunião de nossas familias.

¹⁸ Embora não tendo sido noticiado nos jornais locais, a construção do coreto da Praça Clarimundo Carneiro, em frente à Câmara Municipal, também foi viabilizada através de subscrição popular, tendo sido inaugurado em 1925.

¹⁹ A citada “Praça da Independência” faz referência a como era conhecida, no início do século XX, a atual Praça Cel. Carneiro, em Uberlândia.

Para completar a obra tornar-se-á sem dúvidas a construção de um coreto no centro da praça, afim de que as bandas de musica disponham de um lugar adequado às suas retretas, feitas sempre sem conforto, com bancos e estantes conduzidos de casa e collocados entre a multidão que as rodeia curiosa. Esse melhoramento não se fará por certo tal a boa vontade que se observa por parte da actual administração do municipio. (A TRIBUNA, 1923, n° 180, p. 1 Ano IV)

Anúncios de festividades, eventos cívicos e relatos do dia-a-dia publicados nos jornais comprovam o fundamental papel da praça como palco da vida urbana.

Tendo em vista o vínculo religioso das praças com a sua origem como antigos adros de igrejas, o uso nestes largos para manifestações religiosas é, desde o início, marcante. Além de procissões, outros tipos de manifestações são realizados nestes espaços, como os festejos em nome de santos ou missas campais, podendo estender-se também por outras praças da cidade, mesmo que não apresentassem em sua origem esta conotação de local santo. Frequentemente diferentes praças determinavam o percurso das procissões que mobilizavam toda a vida das comunidades. Destacamos a seguir, alguns destes exemplos:

Programma dos Festejos em homenagem ao Divino Espirito Santo, a realisarem-se de 10 a 19 de maio de 1918

(...)

NO DIA 18 á noite, depois da novena e leilão, haverá a queima no Largo da Abbadia ²⁰ de um lindo e deslumbrante castello de 16 peças artísticas, confeccionadas pelo habil pyrotechnico Arlindo Rocha. (A VOZ PAROCHIAL, 1918, n° 24, p. 5)

Festa de São Sebastião

(...)

A procissão obedeceu o seguinte trajeto: saída da Matriz pela Rua Felisberto Carrijo, até a Bernardo Guimarães, de cujo lado passou pela Praça da Liberdade, descendo-a pela Av. Affonso Penna; até a Rua Barão de Camargo, pela qual ladeando a Praça Dr. Duarte, recolheu à Igreja da Matriz. (A TRIBUNA, 1920, n° 20, p. 2.)

Vão animadíssimos os festejos do Divino Espirito Santo dos quaes são patronos a Exma. D. Candinha Chaves e Dr. Leopoldo de Castro.

²⁰ O citado “Largo da Abbadia” faz referência era como era conhecido, no início do século XX, o local onde hoje se localiza a Igreja Matriz de São Domingos, na atual Avenida Antônio Carlos, em Araxá.

Da Praça da Liberdade já se erguem dois coretos vistosos e elegantes em um dos quaes tocará a distincta philharmonica da S.M. Uberabinha, União Santa Thereza, enquanto no outro serão apreogadas as bellas prendas que serão offerecidas pela culta Sociedade Uberabinhense.

A festa promette ser uma das mais lindas. Alem da boa vontade dos festeiros acham-se a sua frente optimos collaboradores, entre elles o sr. Capitão Olivio Silva que acaba de adaptar ao programma alguns numeros e o celebre pau de sebo. (A TRIBUNA, 1923, n° 191, p. 4 Ano IV)

Sem dúvida, a vida social urbana do início do século se mostrava fortemente atrelada ao espaço da praça e, para além do uso religioso, outras manifestações se faziam presentes, intensificando-se ao longo dos anos. Entre eles é possível citar: apresentações musicais, festejos municipais, atos cívicos, discursos, passeatas e comícios. A praça se constitui em cenário da vida urbana, um local de forte simbolismo para a população, de lazer e de encontro, fazendo-se então presente constantemente em relatos de jornais locais, como plano de fundo do cotidiano social do município.

O jardim publico da praça Cel. Adolpho, acha-se quasi prompto, quanto aos trabalhos de terra. Em breves dias, là estarão para gaudio dos olhos educados a polychromia deliciosa das flores e das toilettes garridas das senhoras, e as arvores farfalhantes e perfumosas.

O snr. Prefeito não se esquivará, estamos certos, em atender à expectativa geral, contractando com distincto maestro Major Elias, algumas horas aos domingos, de boa musica, a tarde.

A musica influe decididamente nas maneiras de um povo, e attrahirà a elegante praça concurrencia infalível e selecta, permittindo alguns instantes de diversão aos que nos procuram, e dando ao Araxá um aspecto novo e brilhante. (GAZETA DO ARAXA, 1917, n° 8)

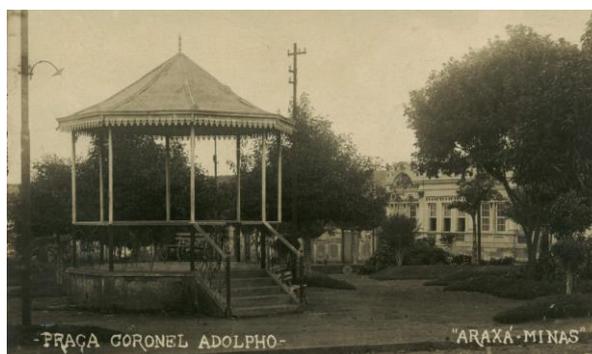


Figura 6: Coreto da Praça Coronel Adolpho, atualmente conhecida como Praça Pedro II, durante a década de 1920. Fonte: Arquivos da Fundação Calmon Barreto

Agora que a nossa cidade já conta duas boas bandas de música não seria inconveniente que se realizassem duas retretas, uma na Praça da Independência e outra na Praça da Liberdade.

Ramalho Ortigão já dizia que as mulheres bonitas dependiam das avenidas e dos divertimentos.

Um povo que possui divertimento, avenida, música, será forçosamente um povo chic, educado, aprimorado no modo de vestir-se e passear.

É necessário que o funcionário, o operário, esteja firme no seu lazer, confiante de que em certo dia, passará no ponto determinado, uma hora de alegria ou, pelo menos, de satisfação. (A TRIBUNA, 1921, nº 110, p. 1)



Figura 7: Ao centro, o coreto da Praça Coronel Carneiro, 1924, Uberlândia – MG. Fonte: FUNDINHO (2004)



Figura 8: Praça Clarimundo Carneiro, durante a década de 1940, Uberlândia – MG. Paço Municipal e Coreto ao fundo, este último construído em 1927. Fonte: FUNDINHO (2004)

Barraquinhas

Vão tendo o seu sucesso as barraquinhas que se armaram à Praça da Liberdade, em benefício das arquibancadas do Uberabinha Sport Club.

Os directores desses festejos resolveram leva-los até domingo que vem, na expectativa de maiores rendimentos para o referido certamen, o que achamos bem acertado. (A TRIBUNA, 1933, n°684, p. 1 Ano XIV)

Um aspecto importante a se destacar é que nas coleções de jornais pesquisados não foram encontradas fotografias de espaços públicos ou de eventos realizados nestes locais. As fotografias presentes eram de cidadãos da elite política ou social da época. Esta situação começou a mudar a partir da década de 1930, quando obras arquitetônicas e vistas gerais da cidade e dos espaços públicos se tornaram frequentes para ilustrar os melhoramentos urbanos, como calçamento o de vias ou em anúncios publicitários.



Figura 9: Anúncio publicitário da “Pharmacia do Cicero” ilustrada com a fachada, localizada na esquina da Rua Goiás e da atual Praça Ruy Barbosa, Uberlândia, 1933. Fonte: A Tribuna, 1933, n° 722, p. 13.



Figura 10: Fotografia de parte da Praça Antônio Carlos, atual Praça Clarimundo Carneiro, Uberlândia, 1933, com o intuito de noticiar os melhoramentos urbanos feitos pela administração pública. Fonte: A Tribuna, 1933, n° 721, p. 4.

4. CONCLUSÕES FINAIS

A análise do surgimento das primeiras praças das cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba durante o século XIX, tornou evidente como a sua origem, invariavelmente atrelada à construção da Igreja e seu adro, determinou o sentido de centralidade que esta adquiriu, pois foi a partir delas que os demais espaços – ruas e novos largos - se estruturaram. A apropriação destas áreas abertas de uso comunitário fez deste local um ponto de referência, tanto física como simbólico, para o encontro, trocas e vivências coletivas. O estudo sobre a formação e posterior espraiamento urbano dos núcleos de Araxá e Uberlândia ofereceu bons exemplos deste processo. Em ambos os casos, o embrião urbano surgiu a partir da Matriz e seu adro, que se constituíram no principal elemento de articulação de sua expansão. A partir deste ponto de origem, foram desenhadas as primeiras vias e em seu entorno concentraram as primeiras edificações. O largo da Matriz se tornou então o elemento estruturador do traçado que aos poucos se configurava. À medida em que tecido urbano se espraiava, gradativamente novos largos eram formados – seja com função religiosa ou atrelados a novas circunstâncias, como a proximidade com edificações comerciais – estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

Ao longo dos tempos, muitos dos primitivos largos perderam sua função original como espaço religioso, adquirindo novos usos e formas de tratamento. Nos exemplos específicos, a partir do início do século XX, estes espaços passaram a receber novos tratamentos, comumente por iniciativa da administração pública – mas também podendo contar com a contribuição da população, passando a ser identificados como “praças”. Em geral, as novidades eram a delimitação de seu perímetro, a introdução de passeios e canteiros geometricamente desenhados, a introdução de arborização e mobiliários urbanos, com destaque para o coreto, além de outras infraestruturas como iluminação pública. O objetivo evidente era de tornar estes espaços lugares mais agradáveis para o convívio dos cidadãos, o que mantém e confirma seu caráter de centralidade da vida urbana.

A pesquisa realizada nos jornais locais, com o objetivo de identificar as alterações espaciais na cidade – percebidas e transmitidas para a população por esta mídia – revelou que os espaços urbanos eram pouco retratados e raramente se constituíam no objeto principal de interesse das notícias. Os espaços públicos eram, em geral, mencionados como “pano de fundo” de outros interesses, como a divulgação das ações municipais ou de localização de estabelecimentos comerciais e de serviços. Aponta-se ainda a total ausência de reproduções fotográficas destes espaços, situação que começou a mudar somente a partir da década de 1930, momento em que as imagens dos espaços públicos se tornaram mais comuns, embora ainda atreladas às notícias de melhorias urbanas e propagandas de estabelecimentos comerciais no seu entorno. Mesmo assim, esta fonte contribuiu de modo importante para a identificação das transformações ocorridas ao longo do tempo em relação ao seu tratamento físico, aos usos e às apropriações pelos cidadãos. Mas, sobretudo, as notícias confirmaram a associação destes novos espaços à representação de “formosura” da cidade que surge vinculada à preocupação com uma nova estética que refletisse o desenvolvimento almejado pelo país após a Proclamação da República. Paralelamente ao aumento populacional e às melhorias urbanas que as cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba passam a oferecer a partir do início do Século XX, a praça urbanizada e com tratamento paisagístico foi cada vez mais frequentada pelos moradores e diversificando-se nas suas funções. Ela se tornou, sem dúvida, no mais importante palco da vida na cidade, local de ver e ser visto, conformando uma visível centralidade que se comprovou nos diversos registros identificados.

5. AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, FAPEMIG, pelo apoio financeiro; À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia - FAUeD/UFU; Ao Núcleo de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – NUTHAU e ao Núcleo de Estudos Urbanos – NEURB; Ao Arquivo Público de Municipal de Uberlândia; Ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU; À Fundação Calmon Barreto, em Araxá.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça: Território de sociabilidade; uma leitura sobre o processo de restauração da praça da liberdade, em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade**. Tese doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FILHO, Antônio Colchete. **Praça XV: Projetos do Espaço Público**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO. **Boletim informativo Trem da História**. Araxá, 1998. Setor de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **As “praças modernas” de João Jorge Coury no triângulo mineiro**. Dissertação de Mestrado, USP São Carlos, 1998.

LE MOS, C. A. C. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos e Edusp, 1979.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1989.

_____. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. São Paulo: Edusp / Nobel, 1991.

QUEIROGA, Eugênio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. Tese de Doutorado USP, São Paulo, 2001.

REGO, Andréa. **Paisagem, Sistema, Lugar. Sistemas de Lugares nas Praças de Campo Grande**. Dissertação de mestrado UFRJ, 2005.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça**. São Paulo: Edusp, 1993.

SITTE, Camillo. **A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo, 1889.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do Público: Jardins do Brasil**. São Paulo: Fapesp, 1996.

SOUZA JUNIOR, Paulo de. **A ocupação urbana do município de Araxá do século XVIII ao início do século XXI**. Dissertação (Especialização em Gestão Ambiental do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu), Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG, Araxá, 2008.

TEIXEIRA, Manuel C. **A praça nas morfologias urbanas brasileiras**. In: 52º Congresso Internacional de Americanistas – A Arquitectura na Cidade nas Américas. Diálogos Contemporâneos entre o Local e o Global. Florianópolis: 2006.

VALE, Marília M. B. T. **Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”**. São Paulo, Tese (Doutorado), FAU-USP, 1998.

VALE, Marília M. B. T. (Coord.), et al. **Fundinho: um bairro histórico para Uberlândia: Inventário e diretrizes especiais de uso e ocupação do solo**. Relatório. Uberlândia, 2004.

VALE, Marília M. B. T.; CUNHA, Claudia dos R.; COCCOZZA, Glauco de P. **Praças históricas e seu papel na construção da paisagem urbana na cidade contemporânea: apontamentos sobre Araxá, Uberaba, Uberlândia e Araguari**. In: 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto- Desafios e perspectivas, 2014, Belo

Horizonte. Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto- Desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Instituto IEDS/IPHAN, 2014.

Periódicos

ALMENARA. Araxá

Exemplar nº 1, ano I, 1934.

A OPINIÃO. Araxá

Exemplares nº 1-21, 23, 25, 26, 28 e 30-42, ano I, 1932.

A TRIBUNA. Uberlândia.

Exemplares nº 1-52, ano I; nº 105-155, ano III; nº 156-158, 160, 161, 163-207, ano IV; nº 653-690 e 692-727, ano XIV.²¹

A VOZ PAROCHIAL. Araxá

Exemplares nº 1-24, ano I, 1917 – 1918.

CORREIO DE ARAXÁ. Araxá

Exemplares nº 10, 32, 27, 145, 185-192 e 194-197, anos I, III e IV da primeira fase de publicação, 1913 – 1917. Exemplares nº 1-7, 9 e 11-16, ano I da segunda fase de publicação, 1927.

GAZETA DO ARAXÁ. Araxá

Exemplares nº 7, 9, 10, 16, 18, 19, 21, 28 e 33, ano I da primeira fase de publicação, 1890 – 1891. Exemplares nº 1-17 e 21, ano I da segunda fase de publicação, 1917.

JORNAL DE ARAXÁ. Araxá

Exemplares nº 24, 27, 29, 38, 43, 44, ano 1, de 1927.

²¹ O hiato da pesquisa hemerográfica referente aos anos V – XIII, bem como a impossibilidade de acesso ao ano II justifica-se pelo processo de restauro pelo qual passavam estes exemplares durante o período em que se realizou o levantamento no Acervo Público Municipal de Uberlândia – MG.